

Artigo Livre

Da crise global à “hipótese populista”: a ascensão do Podemos na Espanha

Victor Coelho, *Universidade Federal do Maranhão* ✉  

Palavras-chave:

Podemos;
crise “populista”
global;
“hipótese
populista”

Resumo. O artigo analisa a ascensão do Podemos na Espanha à luz dos debates especializados sobre os denominados fenômenos populistas atuais. Iniciamos com essas discussões, destacando uma via interpretativa sobre o “populismo” que o vê como sintoma de crise interna ao sistema representativo. Em seguida, analisamos como o Podemos surge em meio à crise espanhola, destacando o contexto espanhol em relação à crise global e a “hipótese populista” assumida por algumas das lideranças do partido. Levamos em consideração o jogo de escalas espaciais e também temporais, a apropriação da experiência latinoamericana pelo Podemos, especialmente a noção de Estado plurinacional, e a questão das autonomias regionais e os dilemas em torno do entendimento da nação espanhola. Através de alguns pontos comparativos com o partido de direita Vox, destacamos como o Podemos buscou articular a pauta política da pluralidade com a retomada da universalidade dos direitos sociais, no contexto de crise de representação aprofundada pelo neoliberalismo.

Keywords:

Podemos;
global “populist”
crisis;
“populist
hypothesis”

[EN] From the global crisis to the “populist hypothesis”: the rise of Podemos in Spain

Abstract. This article analyzes the rise of Podemos in Spain considering specialized debates on current so-called populist phenomena. We begin with these discussions, highlighting an interpretative approach to “populism” that sees it as a symptom of an internal crisis within the representative system. Next, we analyze how Podemos emerged amidst the Spanish crisis, highlighting the Spanish context in relation to the global crisis and the “populist hypothesis” adopted by some of the party’s leaders. We consider the interplay of spatial and temporal scales, Podemos’ appropriation of the Latin American experience, especially the notion of a plurinational state, and the issue of regional autonomies and the dilemmas surrounding the understanding of the Spanish nation. Through some comparative points with the right-wing Vox party, we highlight how Podemos sought to articulate the political agenda of plurality with the resumption of the universality of social rights, in the context of a crisis of representation deepened by neoliberalism.

Palabras clave

Podemos;
crisis “populista”
global;

[ES] De la crisis global a la “hipótesis populista”: el ascenso de Podemos en España

Resumen. Este artículo analiza el auge de Podemos en España a la luz de los debates especializados sobre los fenómenos populistas actuales. Partimos de estas discusiones, destacando una interpretación del “populismo” que lo considera un síntoma de una crisis interna del sistema representativo. A continuación,

**“hipótesis
populista”**

analizamos cómo surgió Podemos en medio de la crisis española, resaltando el contexto español en relación con la crisis global y la “hipótesis populista” adoptada por algunos líderes del partido. Consideramos la interacción de escalas espaciales y temporales, la apropiación por parte de Podemos de la experiencia latinoamericana, especialmente la noción de Estado plurinacional, y la cuestión de las autonomías regionales y los dilemas en torno a la comprensión de la nación española. Mediante comparaciones con el partido de derecha Vox, destacamos cómo Podemos buscó articular la agenda política de la pluralidad con la recuperación de la universalidad de los derechos sociales, en el contexto de una crisis de representación agravada por el neoliberalismo.

Introdução

Em 2014, na Espanha, surgiu um novo partido de esquerda, formado por jovens lideranças: o Podemos, que, bem rapidamente, chegou a ameaçar a hegemonia do Partido Socialista Operário Espanhol (*Partido Socialista Obrero Español*, PSOE). A sua ascensão deu-se em meio a uma crise de legitimidade do sistema político pós-transição, crise essa que foi, na Espanha, um aspecto dramático da crise econômica global que explodiu em 2008. Na Espanha, a crise política emergiu em 2011, com o movimento dos “Indignados”, na esteira do qual foi criado o Podemos. Não só o PSOE foi afetado, mas também o Partido Popular (*Partido Popular*, PP), sendo os dois partidos que haviam monopolizado a disputa político-eleitoral em nível nacional na Espanha desde a virada para a década de 1990.

As pautas de esquerda defendidas pelo Podemos, o qual buscava trazer de volta a crítica às contradições de classe ao mesmo tempo em que criticava a adesão do PSOE às políticas de austeridade fiscal, contrastavam com uma onda de movimentos de direita e extrema-direita que vieram a crescer, também, no contexto global de crise. Seja na chamada zona central do capitalismo, com Trump nos Estados Unidos e, por exemplo, o Vox na própria Espanha – que ganharia impulso *após* o sucesso do Podemos – seja na periferia, a exemplo do Brasil. Por aqui, tivemos o fenômeno político reacionário do bolsonarismo – capitaneado pela figura de Jair Bolsonaro, notório deputado, ex-militar e apologista da ditadura militar que viria a se eleger presidente da República em 2018. Tais forças, à direita, galvanizaram as insatisfações populares com um discurso apelativo “contra o sistema”, por isso sendo classificados, por uma vasta literatura acadêmica atual, como fenômenos “populistas”.

O caso do Podemos é interessante não somente pela importância que vem tendo para a história espanhola recente, mas, ainda, para se refletir, no âmbito teórico, acerca das autonomias relativas do campo do político em condições econômicas e sociais dadas, ou sobre a relação entre “agência” e “estrutura”. O objetivo deste artigo é discutir como, em meio à chamada “crise populista” atual, marcada, sobretudo, por movimentos conservadores e mesmo reacionários, de extrema-direita, o Podemos construiu-se como uma nova força política à esquerda. Buscamos destacar as

características do Podemos em relação tanto ao contexto espanhol como ao contexto global.

No primeiro caso, procuramos estabelecer uma perspectiva histórica com relação ao legado problemático da transição, destacando tanto a emergência dessas críticas, após a crise econômica e política pós-2008, quanto a emergência da questão das nacionalidades regionais. Para melhor compreensão da particularidade do partido ante essas pautas, visamos estabelecer um contraste comparativo com o Vox. No segundo caso, o da crise global já citada, o nosso destaque é para a análise da crise política e, para isso, iniciaremos com uma discussão sobre a própria categoria “populismo” que ganhou espaço na bibliografia acadêmica internacional nos últimos anos. Essa categoria vem sendo utilizada academicamente, enquanto é notório o seu tradicional uso político como conceito desqualificador. A partir desse debate, poderemos iluminar o que os fundadores do Podemos designaram como sua “hipótese populista”.

Nosso norte será indicar que o que emerge dessa discussão é, justamente, um diagnóstico de uma tensão interna ao sistema liberal democrático em conjuntura de crise econômica – que, por sua vez, configura-se como uma crise manifesta da própria época histórica do neoliberalismo, entendido como processo não apenas da chamada globalização, mas da retração de direitos trabalhistas e precarização trabalho. Iniciaremos a partir desse segundo ponto, ou seja, a relação entre conjuntura global e discussão sobre os “populismos” para, em seguida, destacar o Podemos e a sua apropriação de uma noção específica do termo, que inspiraria um tipo de articulação política que marcou o sucesso político do partido. Nesse sentido, destacamos os elementos que o distinguem como partido de esquerda no contexto mais imediato de sua emergência política. Também, complementarmente, faremos novas pontes comparativas com o Vox. Embora este último tenha ganhado sucesso logo posteriormente, será interessante ver como esse partido de direita assumirá características e contraposições à agenda que havia sido adotada pelo Podemos. Tal distinção será feita, inclusive, tendo em vista as conexões globais – e atlânticas especificamente – estabelecidas pelos dois partidos.

Os “populismos” ou a crise de representação na era neoliberal

O termo “populismo” tem presença permanente nos embates políticos, sempre contando com uma carga negativa, geralmente próximo à noção de demagogia. De forma geral, levando em consideração que o termo costuma ser utilizado quando o assunto é o orçamento e as políticas públicas, “populismo” pode ser entendido como “o rótulo que as elites políticas atribuem às políticas apoiadas por cidadãos comuns de que elas não gostam”, como observou Francis Fukuyama, famoso pelo livro sobre o “fim da história”, como lembrado por Simon Tormey (2019, p. 41). “Populismo” como o oposto do *script* neoliberal do “controle dos gastos públicos” e do rigorismo fiscal, o

termo tornou-se, ainda, conceito-fenômeno característico do século XX e adquiriu uma aura de negatividade, tendo sido proscrito em boa parte da literatura acadêmica, em especial na historiografia brasileira.

Cabendo, aqui, esse parêntese, essencial em um estudo focado no termo “populismo” produzido no campo historiográfico brasileiro, é preciso destacar as referências primeiras das obras de Octavio Ianni, *O colapso do populismo no Brasil*, de 1968, de Francisco Weffort, *O populismo na política brasileira*, de 1978. Na análise de Weffort, consolida-se uma interpretação sobre um período de intensas e aceleradas modificações na estrutura econômica e social do Brasil, entre a década de 1945 e o golpe de 1964, contexto em que, do ponto de vista político, o “populismo” teria sido uma política de cooptação da massa dos trabalhadores numa conjuntura de abertura político-eleitoral: substitui-se o conflito de classes por uma relação colocada entre líder e indivíduos – “[...] no populismo as relações entre as classes sociais se manifestam de preferência como relação entre indivíduos” (Weffort, 1978, p. 74). Tal relação, em primeiro lugar, era mediada por uma ideologia nacionalista que pressupunha uma sociedade antes homogênea que conflitiva e, segundo, relaciona-se, na reflexão do autor, a uma polaridade entre um Estado politicamente ativo e uma massa de trabalhadores politicamente passiva. Este último ponto vem sendo contestado pela produção historiográfica, notando-se que a interpretação de Weffort sobre o período, ainda rica nos diagnósticos macroestruturais, guiou-se por uma interpretação política norteadas por um princípio do que “deveria ter sido”, com noções apriorísticas sobre autonomia e heteronomia de classe. Além disso, também trazia uma comparação entre o Brasil (país localizado de fato na periferia do sistema capitalista) e o “modelo registrado na tradição ocidental”: a “diferença mais notável” seria o fato de que, na democracia de massas brasileira, todas as organizações “[...] que se apresentam como mediação entre o Estado e os indivíduos são, em verdade, antes anexos do próprio Estado que órgãos efetivamente autônomos”, com o Estado, enfim, se apresentando “[...] de maneira direta a todos os cidadãos” (Weffort, 1978, p. 53). Como observou Jorge Ferreira, a obra de Weffort, com algumas ambiguidades, abria possibilidades de interpretação, uma delas para se pensar as formas de interlocução entre Estado e classe trabalhadora em contexto de ascensão das massas trabalhadoras na política, mas foi a chave de leitura que privilegiava o fator manipulação “[...] a que se firmou nos estudos posteriores, ressaltando-se as passagens em que Weffort analisa de maneira mais caricatural as relações entre as ‘massas’ e os líderes ‘populistas’: manipulação, emocionalidade, relações individuais, traição etc” (Ferreira, 2001b, p. 79).

Recentemente, em escala global, assistimos a um “retorno” do populismo, com uma proliferação do uso do termo tanto na arena política como no campo dos estudos acadêmicos na área das ciências sociais. Tais reflexões, se tomarmos a noção de “modelo ocidental” presente em Weffort, trazem a ironia de que o fenômeno “populista” atual diz respeito à própria área central do liberalismo ocidental: Europa e EUA, sem desconsiderar os países fora do centro do capitalismo ocidental. Contudo,

tal bibliografia trabalha menos com a ideia de desvio que a de (a nosso ver) acertada percepção de uma *tensão interna ao próprio modelo democrático representativo*. Antes de expormos alguns elementos centrais da discussão, relacionados em torno da categoria “populismo”, recordamos que tais análises se dão num contexto real de crise de representação. Aqui, deixamos claro que dizemos “contexto real de crise de representação” sem desconsiderar que esse tipo de questionamento acompanha a história da democracia representativa e visamos, sobretudo, considerar a categoria “crise” como autopercepção e mesmo como estratégia dos agentes políticos. Além disso, embora seja, de fato, bastante discutível a tese da manipulação, é preciso não esquecer que a política lida não só com expectativas racionalizadas, mas, ainda, com as paixões, com os afetos. Com já chamou a atenção Pierre Ansart (2019), as sociedades liberais ocidentais costumam ser vistas como caracterizadas pelo desencantamento e racionalidade utilitária, embora o autor destaque elementos como a tensão entre estímulo aos desejos – onde o desejo consumista fundamenta também uma nova maneira da busca por distinção social – e a sua constante frustração, bem como a lógica da individuação, em contraste com as tradicionais formas comunitárias.

Nesse ponto, novamente perspectivando a categoria unilateral de “manipulação”¹, pode ser interessante valorizar, nas reflexões sobre o “populismo” (assunto ausente na obra de Ansart), como se articula e mesmo se retroalimentam a dimensão de crise de representação e a configuração de formas de fazer política que buscam “reencantar” a política – não, necessariamente, com apelos religiosos (algo que se fez presente no bolsonarismo), mas, como indicaremos, com o apelo afetivo à ideia de soberania popular e à polarização contra “o sistema”. Aqui, além do mais, está sempre dada a possibilidade de entrarem em ação o que a historiografia vem chamando de representações ou imaginários sociais como crenças compartilhadas, sendo um exemplo eloquente o imaginário anticomunista em sua tradição no Brasil (Motta, 2002) – estando tais imaginários ligados a estímulos como medo, ansiedade, ódio etc., sem falar na dinâmica de polaridade mais extrema, aquela entre “amigo” e “inimigo”. Por outro lado, o epíteto “populista”, que políticos ou agentes “do mercado” costumam dirigir a certos políticos, é também muito significativo dessa tentativa de denegar as paixões ou os interesses em nome de uma “gestão”, supostamente, apenas “técnica” das políticas econômicas. Ademais, é preciso levar em conta que, na época atual, as questões macroestruturais (como as denominamos ao mencionarmos a obra de Weffort) relacionam-se com demandas populares por melhoria de vida em uma longa conjuntura de precarização do trabalho com

¹ Chamamos a atenção para o tema da manipulação, que voltou, intrinsecamente, com toda força ao tema das *fake news*, que diz respeito, justamente, ao uso de desinformação como elemento de política de massa, o que nos leva, inevitavelmente, a pensar em manipulação (pois trata-se de manipulação de notícias falsas). Poderíamos levantar uma hipótese de que nem sempre tratar-se-ia de engano, do ponto de vista de quem compartilha *fake news*, mas também uma dinâmica de reafirmação de crenças, de identidades de grupo, das chamadas “bolhas”.

fragilização dos meios tradicionais de trabalho e enfraquecimento das mobilizações trabalhistas características da época de expansão industrial pós-Segunda Guerra.

Nas reflexões atuais sobre o populismo surgem alguns tópicos comuns que se constituem como pilares básicos e entrelaçados. Primeiro, (i) do ponto de vista político, o destaque do líder populista que, dotado de carisma, capacidade estratégica e discursiva, coloca-se não somente como uma liderança popular autêntica como faz de sua liderança um (ao menos proclamado) desafio ao *status quo*; (ii) do ponto de vista discursivo ou ideológico, a ênfase em um antagonismo fundamental que divide a sociedade entre “nós, o povo” e “eles, a elite privilegiada e corrupta” – e são frequentes as menções aos primeiros fenômenos populistas na Rússia e nos EUA; por fim, (iii) do ponto de vista institucional, a relação sempre tensa entre populismo e sistema democrático, liberal e representativo. Há variadas formas de abordagem do que se denomina “populismo”, reunidas em uma coletânea editada por Cristóbal Rovira Kaltwasser, Paul Taggart, Paulina Ochoa Espejo e Pierre Ostiguy (2017). Não é nosso objetivo, porém, aqui detalhar as nuances dessa discussão, mas, sim, concentrarmos no terceiro ponto de destaque acima. A partir dele, surge a questão: levando em conta essa tensão política decorrente da irrupção do que se convém chamar de “populismo”, esse fenômeno seria um tipo de política necessariamente antagônico à democracia ou, de forma mais complexa, representaria uma tensão *interna* ao sistema democrático contemporâneo, isto é, uma tensão permanente, que sai da latência para sua manifestação em momentos de crise de representação? Já deixamos claro que fazemos a opção pela segunda via de interpretação. Antes de prosseguirmos, indicamos, para uma análise a partir de uma bibliografia extensa a respeito da atual crise liberal (representativa) atual, o artigo de Theófilo M. Rodrigues e Caíque Bellato (2021), que examina os debates teóricos distinguindo dois tipos principais de abordagem em consonância com o que colocamos no parágrafo anterior a respeito da bibliografia sobre populismo. Voltaremos aos autores mais adiante.

Como expressão da tensão entre política institucionalizada e identidade, ou seja, entre sistema representativo e soberania popular, o “populismo” pode ser entendido não como força externa ao sistema representativo liberal, mas como “forma limite do projeto democrático”, como demarca Pierre Rosanvallon (2020). De forma geral, o fenômeno “populista” seria uma “sombra permanente sobre a democracia representativa moderna”, segundo Jan-Werner Müller (2017). Mas interessa-nos, mais diretamente, uma via de análise que nos permita analisar a crise recente, contextualizando-a. Simon Tormey (2019) destaca que, há décadas, pesquisas vêm registrando declínio progressivo na confiança da população com relação aos políticos, o que se reflete no baixo interesse eleitoral e na política institucional (Przeworski, 2020). Para o autor (Tormey, 2019), quando os cidadãos começam a sentir que as diferenças entre forças políticas tradicionais são menos significativas do que aquilo que as une, eles começam a procurar, fora da ordem tradicional, soluções para as questões que lhes dizem respeito. Assim, em contraste com o desencanto em relação

aos meios institucionais da política, o “populismo”, para o autor, surge na mesma medida em que rejeita tanto o tecnocratismo da política institucional como a complexidade dos dados e do jogo político – em que a negociação, muitas vezes, é vista como jogo sujo de negociações, percepção alimentada pela cobertura da mídia tradicional. O “populismo” traz uma “[...] visão redentora, radicalmente simplificada, de um povo renascido e liberto da complexidade e das divisões que o tinham engolfado. Apresenta-se como um estilo direto, vibrante, edificante de política” (Tormey, 2019, p. 30).

Nesse ponto, devemos atentar para o elemento da crise de representação e a *irrupção de formas de apelo político* que não podem ser ignoradas. Interessa-nos apontar como tal apelo surte efeitos dentro de uma dinâmica de recusa dos canais tradicionais de mediação institucional – o que inclui não somente o sistema político em sua divisão de poderes e partidos políticos, mas a chamada mídia tradicional. Aqui, como vimos nos fenômenos políticos em torno das figuras de Donald Trump e Jair Bolsonaro, as redes sociais na internet permitiram potencializar a noção de uma relação imediata (ou seja, por fora dos sistemas tradicionais de mediação, como frisado) entre liderança política “antissistema” e seu público. Obviamente, tal relação imediata é uma ilusão, já que mediada por redes sociais de propriedade de *big techs*, importando, nesse sentido, dar atenção ao efeito real de constituição de identidade e de mobilização política – elementos que, facilmente, são perdidos de vista quando se enfatiza o termo “manipulação”.

A propósito, exatamente devido a essa capacidade de mobilização ideológica e influência prática na política, alguns autores rejeitam a distinção entre “*thin*” e “*thick*” *ideologies* quanto às ideologias, no que diz respeito ao estudo dos fenômenos atuais do chamado populismo, como é o caso de Ralph Schroeder (2020) e Cas Mudde (2017). O termo “*thin ideology*” – “ideologia fina” – poderia ser mais bem traduzido como ideologia esparsa e/ou superficial, diferentemente daquelas passíveis de serem consideradas (seguindo a exposição crítica de Mudde) ideologias “espessas” (“*thick*” ou “*full ideologies*”). Como expõe Mudde (2017, p. 33), tal distinção baseia-se em uma concepção mais firme da noção de ideologia, como doutrinas bem definidas/delimitadas, sendo portanto as “*thick ideologies*” valorizadas por um “*level of intellectual refinement and consistency*”, ou seja, uma diferenciação entre o populismo como um tipo maleável de ideologia e as tradicionais ideologias tidas como doutrinas relativamente bem elaboradas (intelectualmente refinadas) e definidas (liberalismo, socialismo etc.). A propósito, é por isso que autores como Steven Forti (2023b) preocupam-se com uma definição das extremas-direitas atuais rejeitando o termo. O autor, com foco no Vox, argumenta que o termo “populismo” é tão maleável que ultrapassa as fronteiras entre direita e esquerda.

À parte dessa discussão que gira, na verdade, em torno do que seria a melhor definição de “ideologia”, que não é nosso objetivo, temos, enfim, o apelo central ao “povo”, do qual deriva-se o termo “populismo”. Tal apelo, no contexto recente, foi,

estrategicamente, articulado à dinâmica da opinião pública na era da internet e estava na base da iniciativa de um dos precursores no uso das redes sociais, o Movimento 5 Estrelas italiano, surgido em 2009. Segundo Giuliano da Empoli (2020, p. 44), para Gianroberto Casaleggio, uma das cabeças do movimento, a política não lhe interessava: “O que me interessa é a opinião pública”. Dessa forma, se toda articulação discursiva não se dá no vácuo, mesmo para o fenômeno de redes sociais e *fake news* levamos em conta um apelo real por participação política. No que diz respeito ao que vem sendo designado por “populismo”, essa apelo dar-lhe-ia uma força política na mesma medida da sensação de “participação” e “contato direto” por fora do sistema político institucional “corrompido e corrupto” – seja pelas plataformas digitais, usadas pela primeira vez com sucesso pelo Movimento 5 Estrelas, seja pelas lives na internet, pelo aplicativo Twitter ou grupos de WhatsApp, como usado estrategicamente, por exemplo, por Donald Trump ou Jair Bolsonaro.

A nosso ver, e sendo algo a ser destacado quanto ao Podemos, o chamado fenômeno populista (com ou sem aspas) lida com uma crença fundamental da sociedade contemporânea, precisamente, a de soberania popular – o “*We, the people*”, que abre o preâmbulo da Constituição dos EUA. Longe de ser um apelo no vazio, devemos considerar uma tensão decorrente da relação entre, de um lado, uma sociedade que apresenta *demandas* e, de outro, um sistema político institucionalizado. Daí a pertinência da abordagem sobre o fenômeno “populista” de Cas Mudde e Cristóbal Rovira Kaltwasser (2017). Se o sistema político inibir o atendimento das demandas, acaba por gerar frustração popular e, então, surge o “desafio populista”, à esquerda ou à direita. Nessa hipótese da emergência de um *sentimento generalizado de frustração política* é que deve ser entendida a realidade da crise em torno dos governos social-democratas como o de Zapatero, na Espanha (2004-2011), ou Papandreou, na Grécia (2009-2011) – país onde, em tal contexto, ganharia sucesso eleitoral o também esquerdista Syriza. Tais governos, como destacaram os autores, decidiram seguir as políticas de austeridade econômica no contexto da crise oriunda do estouro das bolhas financeiras em 2008. Além disso, a própria percepção de que o sistema político não responde às demandas da população seria, em si, um fator potencial para a emergência populista. Em um contexto de crise, como o dos últimos anos, o apelo ao “povo” contra a “elite”, fundamento comum de qualquer categorização do populismo, seria uma força democratizante na medida em que defende a soberania popular – no sentido de atendimentos de demandas populares genuínas, como saúde, educação, segurança, trabalho etc. – e o empoderamento de grupos que não se sentem representados no sistema político (Mudde; Rovira Kaltwasser, 2017, p. 18).

A partir dessa chave de leitura, analisamos, a seguir, a emergência do Podemos na Espanha e a sua leitura particular do populismo.

Podemos, a “hipótese populista” e a crise de legitimidade

Como sabemos, um dos efeitos materiais diretos da crise de 2008 foi o problema de habitação devido ao estouro da bolha das hipotecas, drama que se fez marcante na Espanha, país onde surgiria, em 2011, o Movimento dos Indignados. No contexto marcado pela irrupção dos Indignados, ou Movimento 15M (em alusão à data de 15 de maio de 2011, considerado o início do movimento), surgiria um novo partido de esquerda espanhol. Tendo conclamada uma “mão estendida a todos” no momento de sua fundação, o Podemos dispunha de uma pauta política que incluía a defesa dos direitos humanos e uma crítica ao corte nos gastos sociais pelo Estado. A plataforma do Podemos defendia uma dimensão pluralista do político e do espaço institucional e regional espanhol, além de uma aliança com os movimentos sociais, sem pretender representá-los pois “[...] os movimentos são irrepresentáveis” (Terra, 2014).

Surgido em 2014, mesmo ano em que a extrema-direita passava a ganhar grande impulsionamento, no Brasil, com uso estratégico das redes sociais da internet – levando-se em conta o impacto político da chamada “Operação Lava Jato” (Coelho, 2021) –, as lideranças do Podemos valeram-se, ainda, de redes sociais como o Facebook e o Twitter e buscaram a criação de uma plataforma online para que fosse, coletiva e colaborativamente, construído o programa do partido, que seria seguido da construção de comitês de apoio e assembleias. Essa proposta horizontalista foi relativizada bem cedo com a estratégia político-eleitoral de conferir protagonismo a Pablo Iglesias – além de professor na Universidade Complutense de Madrid e já experiente militante político, já estava acostumado com uma performance pública por sua atuação nos programas *La Tuerka* e *Fort Apache*. Assim, o partido poderia ser encaixado no padrão básico “populista”: discurso antissistema, polarização “nós” x “eles”, ou “nós” contra a “casta” e liderança carismática. Contudo, importa destacar dois elementos de relevância para entendermos a emergência e sucesso político do partido. Primeiro, o Podemos surgiu no contexto da revolta dos Indignados e visava a

[...] reconectar a política e a sociedade, fazendo uma releitura de práticas, demandas e sentimentos que já estavam presentes na sociedade espanhola desde a transição democrática, e incorporando, de forma seletiva e às vezes contraditória, elementos que eram antitéticos em contextos prévios. Isso é válido, por exemplo, para os debates sobre a centralidade do popular, o nacionalismo, a democracia e as concepções de mudança social (Bringel, 2015, p. 62).

Já foi abordada a relação entre crise política e crise geracional, na Espanha, em torno da legitimidade do legado da transição espanhola e o seu “pacto de silêncio” (sobre o passado da guerra civil, que precedeu à ditadura franquista), em que se cruzaram demandas por memória histórica (que vinham se acumulando na sociedade civil desde a virada do milênio) e a própria explosão da crise de legitimidade em 2011

(Coelho, 2023). Nesse último caso, destaca-se a grande presença da juventude desalentada no movimento dos Indignados. Mas, mesmo antes de 2011, já se colocava a delicada questão sobre a própria concepção do nacional, na Espanha, algo que, por sua vez, deixa latente um aspecto da crise de legitimidade histórica da Constituição, cuja legitimidade vinha sendo dada “en negativo o por contraste”, como comentou o professor de filosofia do direito Juan Antonio García Amado (2008, p. 59), pouco tempo após as discussões em torno da Lei de Memória Histórica (aprovada em 2007). Feita a transição, “[...] *¿cuáles son ahora las convicciones esenciales, convicciones que deben, al tiempo, legitimar la Constitución?*” (García Amado, 2008, p. 55).

O autor expôs, assim, a encruzilhada em que foi colocado o próprio princípio de nacionalidade na Espanha: o nacionalismo autoritário durante a ditadura teve como um de seus contrapontos políticos os nacionalismos regionais, a tal ponto que, como argumenta García Amado, passou-se a ter uma equivalência (ainda validada hoje) entre a defesa de uma nação espanhola e algum tipo de saudosismo ou apoio ideológico à ditadura. Enfim, o autor procurava chamar a atenção para a necessidade de uma “[...] *creencia compartida en el ‘nosotros’ que se plasma en la norma constitucional*” (García Amado, 2008, p. 49). Esse tema do nacional e das nacionalidades na Espanha, no qual se inclui a questão das autonomias regionais, será um dos motores para o posterior avanço do partido de extrema-direita Vox, que surgira antes mesmo do Podemos mas que ganhará impulso eleitoral posteriormente – especificamente, nas eleições regionais da Andaluzia em 2018, um ano após a crise do referendo independentista catalão, declarado ilegal e que teve inclusive a destituição do governo local, além de medidas de repressão policial.

Voltando aqui ao contexto do surgimento do Podemos e a essa questão da legitimidade do sistema político como um todo, podemos ressaltar as características táticas e estratégicas desse novo partido de esquerda. De todos os partidos ou movimentos políticos que emergiram ou ganharam impulso no contexto da crise recente, o Podemos é o que mais se sentiria à vontade em ser chamado de “populista”. Isso porque lideranças do movimento eram inspiradas, diretamente, na teoria do político do argentino radicado na Inglaterra Ernesto Laclau. Foi na primeira década do novo milênio que Laclau lançou *A razão populista* (Laclau, 2018), momento em que a América Latina conhecia uma conjuntura de otimismo da esquerda em torno de governos populares. Foi nessa época que duas das principais lideranças do Podemos espanhol inspiraram-se na experiência latino-americana: em 2006, Íñigo Errejón, um dos fundadores da associação estudantil de esquerda Contrapoder, defendeu em 2012 a tese de *A luta pela hegemonia durante o primeiro governo do MAS na Bolívia (2006-2009): uma análise discursiva*, e Errejón seria o mais inspirado na teoria discursiva laclausiana; Juan Carlos Monedero trabalhou como assessor do governo venezuelano de Hugo Chávez entre 2005 e 2010; já Pablo Iglesias havia visitado a Bolívia, pela primeira vez, como membro de uma equipe de observadores internacionais da OEA

nas eleições de 2005 em que Evo Morales ganharia a presidência, pela primeira vez, com 54% dos votos.

Essas experiências pessoais, políticas e intelectuais em torno da emergência de programas populares na América Latina estimularam uma conjunção da estratégia político-discursiva e eleitoral do Podemos para construir sua própria plataforma política para a Espanha (Schavelzon, 2015a; Bringel, 2015). “Parto de uma compreensão do fenômeno político segundo a qual esse sujeito não é nenhuma derivação de nenhum componente de classe nem de nenhuma posição sociológica na estrutura produtiva, nem na economia”, explicou Íñigo Errejón, uma das jovens lideranças em 2015 em entrevista a Salvador Schavelzon (2015b, p. 80). “É uma construção fundamentalmente narrativa, produção de uma vontade comum”. A sua definição era coerente com a teoria laclausiana, que passou a ter impacto desde a sua obra escrita com Chantal Mouffe ainda na década de 1980 (Laclau; Mouffe, 2015), sendo, basicamente, a teoria que continuaria a ser defendida por Laclau na obra anteriormente citada.

Em sua tese sobre o *Movimiento al Socialismo (MAS)*, Errejón baseou-se na teoria laclausiana do discurso para elaborar uma análise do discurso do partido, organizando-a em três tópicos. Primeiro, o “Marco de Diagnóstico”, identificando um problema – a miséria e a exclusão – e uma injustiça: “*El Estado boliviano colonial excluyente, y el modelo neoliberal como máxima expresión de injusticia y despojo*”. Segundo, um “Marco de Pronóstico”, em que identifica uma “dimensão ganhadora”, qual seja, a exclusão étnico-econômica, “*lo plebeyo*”, e o que denominou “traçado de fronteira”, em que trabalha com pares opositivos: “*Las élites blancas históricas (q’aras, gringos, etc.)*”, de um lado, e de outro “*la mayoría humilde, trabajadora, pobre y no representada*”; ainda dentro desse segundo marco, uma “nominação”: “*El ‘Pueblo’ boliviano, representado por la mayoría indígena y empobrecida*”. Por fim, em terceiro lugar, um “Marco de Motivación”, organizado assim:

Articulación de contenidos ideológicos en torno a la frontera: 500 años de despojo; 150 años de colonialismo interno; 25 años de privatizaciones y enajenación de los recursos naturales. / [...] Reconstrucción mítica del “nosotros”: Túpac Katari, Zárate Willca, los mineros; el Ché; la lucha por la democracia. / [...] Propuesta de solución alcanzable: 1. Estado plurinacional para descolonizar; 2. Estado autonómico para democratizar; 3. Estado soberano para retener y redistribuir el excedente de los recursos naturales (Errejón Galván, 2012, p. 430-463).

Vemos que Errejón buscou demonstrar a articulação das pautas indígenas com a econômica, mais precisamente antineoliberal, enquanto era feita uma releitura da história e a definição do campo antagônico, além das metas das construção de um estado soberano e plurinacional. Voltando aqui à exposição que fizemos a respeito das discussões sobre os conceitos de populismo e de ideologia, a abordagem de Errejón é

coerente com a definição de populismo de Laclau que, como frisou Rafael Rezende Borges de Araújo (2021, p. 350) diz respeito a “[...] uma lógica política, isto é, um forma de construção política não vinculada de antemão a nenhum conteúdo ideológico específico”. O conceito de hegemonia, para Laclau e Mouffe, é “[...] entendido como fruto de práticas articulatórias discursivas com capacidade de produzir um sistema de equivalências entre as diferenças”, relacionando-se isso à noção de “[...] paradoxo democrático entre a heterogeneidade do social e a universalidade incompleta e impossível de ser absolutamente fixada da hegemonia”. Ademais, explica Araújo (2021, p. 551), “[...] toda articulação discursiva que pretende produzir uma hegemonia necessita de uma articulação discursiva antagônica”.

No interior dessa articulação discursiva, vimos que emerge o tema do Estado plurinacional. Citando um dos fundadores do MAS, Sabino Mendoza, assim Errejón sintetiza a definição de plurinacional:

La denominación ‘plurinacional’ que adopta el Estado no refiere más que simbólicamente a un pacto constituyente entre diferentes naciones, sino más bien a la integración de las diferentes formas de ser boliviano de los pueblos indígenas, convocados ahora a reconstruir la comunidad política y sus normas (Errejón Galván, 2012, p. 442).

Como explicaram Theófilo Rodrigues, Allysson Silva e Daniel Ferreira (2021, p. 8), enquanto que, na América Latina, “[...] berço destas inovações institucionais, o ideal de plurinacionalidade se tornou um discurso em disputa que organizou o conflito entre diferentes grupos sociais, o mesmo não ocorreu no debate europeu”. Na Espanha, em particular, “[...] as nações não são grupos que concebem a relação entre natureza e território fora dos cânones da modernidade. Entretanto”, observam, “[...] é nos avanços do plurinacionalismo constitucional dos países latinoamericanos que surgem as propostas do Podemos, o primeiro partido competitivo a defender o plurinacionalismo na Espanha contemporânea”. Segundo os autores (Rodrigues; Silva; Ferreira, 2021, p. 9-10), quando da fundação do partido, uma pesquisa realizada por Carolina Bescansa, uma de suas fundadoras, “[...] foi percebido que a questão nacional era fundamental para alcançar a população e, no entanto, o campo progressista pouco a tratava”. A partir de 2016, “[...] com as eleições municipais, o partido passou a dar nova centralidade à questão plurinacional, pois durante esse período buscou-se selar alianças e expandir sua influência para além de Madri”. À parte as diferenças de horizontes históricos e políticos América Latina e Europa, o Estado Plurinacional, da mesma forma que o Estado-Nação clássico, “[...] não tem por objetivo a fragmentação política ou o federalismo, mas sim a unificação territorial com uma nova proposta integradora” (Rodrigues; Silva; Ferreira, 2021, p. 8).

Essa apropriação da leitura da obra de Laclau e da experiência latinoamericana serviram para desenvolver a chamada “Hipótese Podemos” visando a superar as restrições de duas leituras que circulavam sobre o movimento dos Indignados (ou

15M), na visão de um de seus membros, Germán Cano. Uma delas, a “que limitava a crise a um fenômeno emocional de indignação”; a outra, a “Hipótese Movimentista” que Cano associava ao operaísmo italiano, “[...] segundo a qual a crise estava gerando seu próprio coveiro com a transformação da inteligência coletiva impulsionada a partir dos movimentos”. Entre essas duas leituras surgia a “Hipótese Populista”, a do Podemos, “[...] que consistia em dizer: ‘Vamos aplicar a sensibilidade hegemônica, as lições que extraímos da América Latina, e vamos aplicá-las nas fissuras que encontramos nos meios de comunicação’” (Schavelzon, 2015a, p. 45).

Cabe destacar que a influência intelectual de Laclau e Mouffe é marcante nos estudos acadêmicos sobre o populismo, como demonstra a coletânea já citada (Rovira Kaltwasser; Taggart; Ochoa Espejo; Ostiguy, 2017), lembrando, ainda, que os próprios fundadores do Podemos vinham de um ambiente de debate acadêmico. Além disso, tal teoria do discurso, em sua recusa de qualquer determinismo de classe, foi confirmada na prática pelo fato de que a estratégia de combater a “casta” foi posteriormente apropriada à direita tanto pela principal liderança do Vox, Santiago Abascal, como também pelo argentino Javier Milei (O que [...], 2023). De qualquer forma, mais importante é destacar como a abordagem de Laclau e Mouffe, tão fundamental para compreendermos a formação do Podemos, está em alinhamento com a abordagem de Cas Mudde e Cristóbal Rovira Kaltwasser (2017), a qual destacamos antes: a atenção à tensão entre demandas populares e à forma como o sistema político institucionalizado lida com elas. Mais precisamente, como o sistema político, nas últimas décadas, no contexto neoliberal, vem frustrando o atendimento de demandas.

Nesse sentido, como expôs Errejón, tratava-se de, pela esquerda, articular demandas em torno de um problema/adversário comum:

No caso espanhol, [...] há um plano no qual levantamos a questão da identificação de cunho nacional popular, porque consideramos que, pela primeira vez, há condições de acusar nossos governantes de antipatriotas. Isso tem a ver com o cenário europeu, em que a subordinação quase colonial à governança da Troika² na Europa possibilita representá-los como alheios ou hostis ao interesse nacional das maiorias nacionais (Schavelzon, 2015b, p. 90).

Os dois eixos discursivos da contraposição “alto-baixo” e a ênfase em um “acordo transversal de país” (Schavelzon, 2015b, p. 84) eram coerentes com a defesa do pluralismo e a pauta de direitos humanos. Essa coerência mostra-se mesmo entre os fundadores que não concordavam com a lógica binária (populista). Como colocou Pablo Bustinduy,

² Expressão que visa a designer, conjuntamente, a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu (BCE) e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Siempre fui bastante escéptico respecto a la hipótesis populista como guía y herramienta teórica fundamental, sin embargo en la práctica viví de forma bastante natural la confluencia con el marco teórico y organizativo que manejaban mis compañeros y compañeras; desde el principio concebí Podemos como el proceso de autoformación de un sujeto múltiple, caótico, poderoso, que pelea por darse un espacio e reivindica su capacidad para generar sus propias formas de vida y organización. Por eso me ha frustrado desde el principio la lectura del proceso a partir del esquema binario y superficial de ‘las bases’ contra ‘la cúpula’. El escenario actual no es reductible a esa metáfora, espacial; no hay oposición simple, sino simbiosis (Guedán, 2016, p. 93).

Mesmo Pablo Iglesias também se distanciava de um entendimento do populismo como situação *per se* do político (ou, poderíamos dizer, como uma noção ontológica do político), mas destaca o caráter tático dentro de um cenário de crise – algo que poderíamos remeter ao comentário que fizemos anteriormente a partir da obra de Pierre Ansart.

Llevemos el pensamiento de Laclau a lo realmente existente: la situación de crisis orgánica y de régimen. No cualquier situación política permite un discurso populista, que es seguramente la mayor debilidad teórica de Laclau. Al entender el populismo como una manera en la que se construye lo político, termina describiendo tantos fenómenos como populistas, que lo invalida como mecanismo de intervención. Pero al ir directamente al momento de la crisis orgánica, como ese momento gramsciano, que nosotros definimos como crisis de régimen (Guedán, 2016, p. 63).

Como expôs Rafael Araújo (2021, p. 358), baseando-se em Chantal Mouffe (2018), essa crise da democracia, pensada do ponto de vista tanto da crítica às políticas de austeridade como da oportunidade política (sem prévia definição ideológica)³, pode ser denominada, também, de “momento populista”. Vejamos como os membros fundadores do Podemos elaboraram essa reflexão sobre crise econômica e a dimensão do político.

Além de coerente com o pluralismo e os direitos humanos, essa tática implicava, por outro lado, reconhecer “sem muito entusiasmo” que “alguns cidadãos exigem a volta do estado de direito e do Estado de bem-estar social”, reconhecia Errejón (Schavelzon, 2015b, p. 88). “Creo que el 15M [Indignados], y también Podemos, consiguen ver los restos de las instituciones del Estado del Bienestar como si hubieran sobrevivido a un naufragio” – observou outra liderança do Podemos, Antonio Sánchez – “[...] y [...] la sanidad pública, la educación pública y las demás instituciones del bienestar constituirían el inventario de lo que se tiene que salvar del naufragio

³ Sobre uma abordagem do populismo como não apenas produto da crise, mas também como catalisador da crise, cf. Moffitt, 2015. Como bem argumenta o autor, as crises, também, são mediadas e performadas, e isso ficaria claro no Brasil com o bolsonarismo no poder.

provocado por la crisis” (Guedán, 2016, p. 24). Não é forçoso relacionar tais colocações com as observações de Eatwell e Goodwin (2020) sobre o “nacional-populismo”, que a seguir, brevemente, para estabelecer um importante contraste entre o Podemos e o Vox.

Consideremos, por um momento, o fenômeno do que se define, especificamente, como “populismo conservador” ou de extrema-direita na Europa e nos EUA, independentemente de terem um caráter personalista ou de serem organizados em partidos. Mesmo no que diz respeito ao fenômeno social e politicamente mais sensível, que é o caso das posições anti-imigração (característica dos partidos e lideranças de extrema-direita na Europa e EUA), há uma correlação com (e não uma determinação a partir de) um drama social real, qual seja, o da retração da classe média, por sua vez decorrente dos fenômenos da era pós-industrial, neoliberal e de expansão da globalização. É o que destaca Christophe Guilluy (2020). Dadas essas condições macroestruturais, o problema relaciona-se, ainda, à contradição entre o mundo do trabalho precarizado e a maior e mais plural difusão de valores culturais – nela, a noção do “multiculturalismo”, inclusive. As contradições entre precarização do trabalho e a ideia de “globalização” e “oportunidade”, como apontam Roger Eatwell e Matthew Goodwin, ocorrem em um contexto em que o horizonte de expectativas da população ainda é marcado pelo espaço de experiência da comunidade imaginada do Estado-nação, em especial no que diz respeito ao legado das democracias liberais e todo o conjunto de conquistas e/ou demandas em termos de direitos políticos, civis e sociais. Para os autores,

[...] esse otimismo disseminado não levou em consideração três premissas do funcionamento da democracia liberal. A primeira é que ela requer que grande número de pessoas acredite que o sistema é justo e concede a mesma voz a todos. A segunda é que ela presume uma sociedade relativamente igualitária ou, ao menos, uma na qual a maioria das pessoas aceite consideráveis desigualdades políticas e econômicas. A terceira é que ela assume que as grandes demandas políticas são ‘barganháveis’ e que o compromisso sempre é possível. Mas, [...] em décadas recentes essas premissas foram cada vez mais desafiadas (Eatwell; Goodwin, 2020, p. 113).

Os autores escolheram utilizar o conceito de “nacional-populismo”, exatamente pelo fato de contestarem a ideia de que o Ocidente teria entrado em uma era de declínio do Estado-nação e destacam o resultado de uma pesquisa realizada pelo *World Values Survey*, referente ao período 2010-2014, que apontou que “[...] majorias esmagadoras nos EUA e na Europa dizem se sentir fortemente ligadas a sua nação (uma média de 82%), veem-se como parte dela (93%) e estariam dispostas a lutar por ela (90%)” (Eatwell; Goodwin, 2020, p. 159). Assim, há de se ressaltar que, mesmo em países onde não houve explosão de crise econômica e social, houve ascensão de populismos pela extrema-direita, como na Áustria, na Suíça e na Holanda, bem como

do apelo anti-imigração em que a imigração em massa não era realidade, como na Hungria. Na Europa, “[...] o tema dominante diz respeito à ameaça à identidade nacional e, de maneira mais ampla, ao que é considerado característico da civilização europeia (ao contrário, supostamente, de culturas como o Islã): direitos humanos, liberdade de expressão e tolerância religiosa”. A Europa, observa Tormey (2019, p. 29), reproduzindo o ponto de vista do populismo conservador, “[...] precisa virar as costas ao cosmopolitismo, à globalização e às fronteiras abertas e cuidar de si própria”.

Voltando-nos, então, à questão do naufrágio do Estado de Bem-Estar Social, temos aqui um importante contraste entre o Podemos e o Vox, contraste esse que incide não apenas sobre os direitos sociais mas com a questão do apelo ao nacionalismo, característico das extremas-direitas. Em primeiro lugar, o nacionalismo do Vox, que retoma o tema da unidade espanhola, contrasta com o que expusemos sobre a defesa do Estado plurinacional sustentada pelo Podemos. Em segundo, porque o Vox, apesar do fato de que não se caracterizará como um partido que deixe muito explícita a sua visão política, por outro lado – como destacam alguns autores – defenderá a redução da progressividade fiscal e dos impostos de uma maneira geral, com redução do gasto público (que redundaria no desfinanciamento de políticas sociais), o que implicaria, supostamente, maior atração de investimentos (Franzé e Fernández-Vázquez, 2022, p. 81; González, 2022, p. 271; Araoz, 2023, p. 43-44). Com o lançamento de sua “Agenda Espanha”, em 2021, o partido enfatizará a prioridade nacional nas ajudas sociais, com promoção de “[...] necesarios para garantizar la prioridad de los ciudadanos españoles en el acceso a ayudas sociales” (Texto [...], 2021). Levando-se em conta também o antifeminismo e o elemento islamofóbico central na posição do Vox sobre a política migratória, além de suas posições antiesquerda e contra o “nacionalismo periférico”, esse seletivismo quanto às ajudas sociais adequa-se à visão de mundo do partido: um “pós-fascismo”, como conceitualiza Javier Franzé e Guillermo Fernández-Vázquez (2022), por defender um tradicionalismo católico e defensor da unidade espanhola (contra os nacionalismos regionais), e um “populismo atenuado e invertido” por enfatizar mais o caráter do nacional que a soberania popular. Isso porque, como coloca esse autor, a apropriação da tradição católica feita pelo partido é mais no sentido de reivindicar uma moral privada católica – e por isso adaptada a uma concepção liberal meritocrática.

O Podemos, por sua vez, buscou a articulação do nacional com a defesa do Estado de Bem-Estar social sem restrições. Íñigo Errejón, ao refletir sobre a tarefa de alterar a “divisão simbólica entre direita e esquerda” para “construir uma vontade popular em oposição aos que mandam”, reconheceu que se tratava de “[...] um tipo de construção semelhante à feita pela Frente Nacional na França”⁴, sendo uma “reação de cunho

⁴ A referência é à Frente Nacional pela União Francesa (*Front National pour l'Unité Française*), partido criado em 1972 e que teve até em anos recentes, como figura central, Jean-Marie Le Pen. Em 2002, Le Pen conseguiu chegar ao segundo turno das eleições presidenciais, perdendo para Jacques Chirac, candidato de centro-direita, após movimentos massivos, da esquerda à centro-direita, contra a

conservador”. Mas ressaltou que a proposta do Podemos tinha “[...] sentido ideológico antagônico, uma vez que não apresentamos como bode expiatório os mais fracos, os imigrantes” (Schavelzon, 2015b, p. 80-81).

Quanto ao artigo de Rodrigues e Bellato (2021), os autores analisaram dois tipos principais de abordagem sobre a crise política atual, distinguindo um conjunto de autores cujo norte seria “salvar a democracia liberal” e outro no qual os especialistas assemelham-se pela ideia de sua superação. O que nos interessa aqui é que, analisando o contraste nas discussões do primeiro conjunto em perspectiva com o segundo, o que se destaca, neste último, é uma crítica direta aos fundamentos neoliberais da crise de representação – sem que tal leitura (dos autores e da bibliografia por eles analisada) sugira um “determinismo econômico” sobre o campo do político. Assim, a nosso ver, tanto do ponto de vista teórico como política e ideologicamente, essa é uma marca que distingue, muito claramente, o posicionamento do Podemos no contexto das disputas atuais na Espanha.

O Podemos diante do nacional e suas cisões

A irrupção e o sucesso eleitoral do Podemos, a partir de 2014, representavam a materialização institucional da deslegitimação do sistema bipartidário que tinha se configurado após a transição. Nesse cenário da crise do sistema político pós-transição, não deve ser desconsiderado o impacto dos casos de corrupção (Pinilla García, 2021, p. 264-283) que, ao longo dos anos, foram atingindo tanto o PSOE como o PP, os dois partidos que vinham protagonizando a política na Espanha. Mas a própria transição já vinha sendo alvo de contestação, uma discussão que envolvia e envolve, pela esquerda, uma crítica ao chamado “pacto de conciliação” que marcou a transição. Essa crítica, por sua vez, liga-se à defesa de uma “memória democrática” que retoma uma discussão sobre a guerra civil e a ditadura franquista, visando a confrontar à ideia de uma suposta equivalência de responsabilidades (no contexto da guerra civil) e ao imperativo de “deixar o passado para trás”, que marcaram a transição (Coelho, 2023). Em contraste, o Vox irá se fortalecer defendendo a velha bandeira da unidade, não só diante da “*dictadura pogue*” (ditadura progressista), como fundamentalmente diante dos nacionalismos regionais (Franzé; Fernández-Vázquez, 2022).

O Vox foi fundado um ano antes que o Podemos, em 2013, por dissidentes do PP e vem consolidando-se como força política de extrema-direita com forte apelo nacionalista e centralista. Liderado por Santiago Abascal e contando com figuras como Alejo Vidal-Quadras, o partido surgiu em meio a escândalos de corrupção que abalaram tanto o PP como o PSOE. O seu crescimento eleitoral foi rápido e expressivo, iniciando-se nas eleições regionais da Andaluzia em 2018 e culminando com significativa representação parlamentar em 2019, inclusive no Parlamento Europeu. O

possibilidade de um candidato de extrema-direita se tornar presidente. Em 2011, a sua filha, Marine Le Pen, assumiu a direção do partido e buscou amenizar seu cunho xenófobo.

manifesto fundacional do Vox apresenta o partido como “liberal-conservador”, “jacobino” e “regeneracionista” (González, 2022, p. 37), com foco na unidade nacional e na moralização da política, buscando ocupar o espaço que, segundo seus fundadores, o PP teria abandonado.

Por meio do Estatuto das Autonomias, presente no art. 147 da Constituição de 1978, regulou-se uma estrutura administrativa em consideração às nacionalidades históricas no interior do Estado espanhol. Como observou o historiador Alfonso Pinilla García (2021), o sistema eleitoral pós-transição deu uma representatividade proporcionalmente maior aos partidos das autonomias, para garantir a representação dos interesses autonômicos no parlamento. Mas tal dinâmica institucional e as leis favoráveis aprovadas nos primeiros anos do atual regime democrático (monárquico constitucionalista) não foram suficientes para aplacar o desejo de mais autonomia. O episódio que detonaria grave crise política derivou, como já mencionado, do referendo elaborado e convocado na Catalunha, ocorrido em 2017, no qual, em meio a medidas de repressão da Força Nacional e da Guarda Civil local, a independência da Catalunha foi aprovada com 90% dos votos, tendo sido o referendo declarado ilegal pela corte máxima do país, motivando uma inédita (por sua dureza) declaração pública por parte do rei. Esse episódio representa uma história que remete, também, a 2005, quando um estatuto – prevendo mais elementos de autogestão – havia sido aprovado pelo Parlamento da Catalunha, tendo sido aprovado no ano seguinte, com algumas modificações pelo Parlamento espanhol, seguido de aprovação na Catalunha através de um referendo. Contudo, por iniciativa do Partido Popular (PP), liderado por Mariano Rajoy, o novo estatuto foi contestado e, praticamente, anulado na justiça. Rajoy elegeu-se presidente do governo da Espanha em 2011, estando em exercício em 2017, quando da crise da Catalunha. Durante a crise, a repressão à Catalunha contou, ainda, com a destituição do presidente catalão, Carles Puigdemont, e a sua substituição por um governo direto do governo espanhol, enquanto novas eleições regionais foram marcadas, sendo tal medida baseada no artigo 155 da Constituição (que permite que o Governo central tome medidas para obrigar uma Comunidade Autônoma a cumprir as suas obrigações constitucionais ou a proteger os interesses gerais do país).

No caso do Podemos, o seu posicionamento diante do episódio, em alguns casos considerado ambíguo, foi, na verdade, o de defender a autonomia dos catalães em decidir por seu futuro, ainda que a posição do partido seja a de se colocar contra a independência – atitude coerente com a apropriação da experiência latinoamericana, destacada anteriormente. Em entrevista publicada no canal do partido no YouTube (Podemos, 2017), Pablo Iglesias denominou o uso do artigo 155 como “involução democrática”, afirmando que a questão das autonomias territoriais é uma das bases do sistema democrático vigente e afirmou o caráter plurinacional do país, sendo a Espanha um país “em que 40% de seus cidadãos fala duas línguas: o castelhano e sua língua nacional”, e criticou o fato de o líder do PSOE, Pedro Sanchez, ter reunido-se com o governo (PP) durante a crise.

Como destacado, as pautas econômicas e sociais foram o norte da ascensão do Podemos. Íñigo Errejón, em entrevista anterior ao evento do referendo (Schavelzon, 2015b, p. 89-92), já enfatizava que a intenção do partido era deslocar o “nós x eles” para uma dinâmica de confrontação política na qual o sentido de “nacional” deveria ser entendido em conjunção com o de “popular”, transcendendo (ou percorrendo todas) as localidades. Na entrevista citada, já em meio à crise catalã, Iglesias trouxe os temas da corrupção e da pobreza (que atingia, como frisou, um terço dos cidadãos) para afirmar (e reafirmar) que os catalães deveriam ser convencidos a permanecer à Espanha, por meio do diálogo e do direito de um referendo legal e com garantias. “Devemos convencer, e não vencer”. E terminava frisando: “Corruptos são antipatriotas e antiespanhóis, [...] os patriotas defendem os serviços públicos, os patriotas não privatizam a saúde, não privatizam a educação, não roubam, não têm contas na Suíça. O partido que está cindindo a Espanha se chama Partido Popular” (Podemos, 2017), chamando de extrema-direita o partido local, *Ciudadanos*, fundado em 2006 com a bandeira anti-independentista.

Da crise da Catalunha, seria, no entanto, o Vox, partido hoje reconhecidamente de extrema-direita, que obteria ganhos eleitorais mais substantivos. O Vox surgiu posicionando-se contra o Estatuto das Autonomias, um dos produtos da transição, que rege a autonomia de dezessete comunidades – incluindo a Catalunha, onde houve o polêmico referendo em 2017 – e duas cidades autônomas na Espanha. Nesse sentido, a ascensão do Vox é mais um elemento da crise de legitimidade da Constituição espanhola, especialmente no que diz respeito à concepção de nacionalidade, que já comentamos. O partido rejeita o modelo autonômico e propõe um retorno ao Estado unitário, implicando um retorno da direita espanhola a suas origens, cabendo lembrar que a Aliança Popular (*Alianza Popular*, AP), antecessora do PP, durante os debates constituintes, opôs-se ao Título VIII da proposta da nova Carta Magna que regulava a organização territorial do Estado. Apoiando-se em pesquisa do *Centro de Investigaciones Sociológicas* (CIS), Miguel González observa que 18,9% dos espanhóis, em 2016, apoiavam a volta de um Estado unitário, e 29,4% apoiavam a limitação do poder das 17 comunidades autônomas. “*Ninguna fuerza política defendía hasta entonces el punto de vista de este sector de la población*” (González, 2022, p. 38).

Há uma discussão sobre se o Vox seria um partido “populista” ou pertencente à linhagem da direita conservadora ou extrema-direita tradicional. Tomando as teorizações sobre o fenômeno populista atual que expusemos anteriormente, Carles Ferreira (2019, p. 90) chama a atenção no sentido de que, no programa do Vox para as eleições gerais de 2019, a palavra “corrupção” não é citada uma única vez, e o vocábulo “elite” apenas uma. Já apontamos que, para Javier Franzé e Guillermo Fernández-Vázquez (2022), o Vox representaria um “populismo atenuado e invertido”. Devemos considerar a possibilidade de a contraposição do partido ao Podemos ter acabado por incidir sobre o tipo de retórica utilizada. De qualquer forma, importa destacar não somente os aspectos que configuram o Vox como partido de extrema-direita, mas,

também, a sua articulação ativa com uma rede de partidos, movimentos e lideranças da atual onda “populista” conservadora. Para quem acompanha o tema da extrema-direita hoje, já são conhecidos alguns temas-chave: o nacionalismo, o antiesquerdismo aberto na forma de recusa da “ideologia de gênero” e do “marxismo cultural”, além da “defesa da família” e, no caso dos partidos ou lideranças europeias, o apelo anti-imigração, que se confunde com anti-islamismo, e o euroceticismo⁵. Todos esses elementos fazem-se presentes no Vox, somando-se o lema “antiglobalista”, atualizando, assim, a noção de uma conspiração internacional contra os interesses dos cidadãos e dos países, ainda que essa extrema-direita seja ela mesma globalizada. Tais temas não só estão presentes nas pautas e posturas do Vox como o partido também vem buscando ter um protagonismo internacional, tendo organizado um encontro dos partidos de extrema-direita, ou “direita radical”, em Madri, em maio de 2024, em que se destacaram as presenças da francesa Marine Le Pen, da italiana Giorgia Meloni, do húngaro Viktor Orbán e do argentino Javier Milei, estando esses três últimos no comando político de seus países. Tais articulações fazem parte do esforço do partido em contribuir para o que Ariel Alejandro Goldstein (2024) definiu como “internacional reacionária”, com o Vox agindo como um “[...] *traductor entre ambos mundos de las derechas radicales: el de Polonia-Hungría, con su historia de rechazo al socialismo y la Unión Soviética, y las nuevas derechas radicales que emergen en América Latina*” (Goldstein, 2024, p. 170). Nesse sentido, o Vox traçou uma conexão com a América Latina em sentido político inverso ao que havia sido feito antes três dos fundadores do Podemos⁶, como descrevemos anteriormente.

Em contraste, ainda, com o Podemos, como vimos, a sua pauta econômica é regressiva e antiuniversalista. Essa postura do Vox liga-se, também, às pautas reprodutivas das mulheres, já que a posição do partido é tanto antifeminista como promove a racialização da política sexual, por meio de um pânico moral relacionado à ideia da “pauta abortista” do feminismo e àquela da suposta maior fertilidade das imigrantes (muçulmanas), o que implicaria a “substituição (*reemplazo*) populacional” na Espanha (Alabao, 2023)⁷. Em 2018, quando lançou as suas “100 medidas urgentes

⁵ Cf. a coletânea organizada por Steven Forti (2023a).

⁶ A primeira missão dos dois “embaixadores especiais” do Vox para a AL – o eurodeputado Hermann Tertsch e o deputado espanhol Víctor González Coello –, deu-se em 2020, um ano após o golpe que destituiu o presidente Evo Morales, golpe que teve apoio público por parte do partido. Nessa missão, reuniram-se em La Paz com os ministros da então presidenta interina Jeanine Áñez com o objetivo de “solicitar provas de que o partido esquerdista espanhol Unidas Podemos, então prestes a entrar no Governo espanhol, teria recebido financiamento ilegal” do governo boliviano (González; Galarraga Cortázar; Rivas Molina, 2021).

⁷ A xenofobia e a posição reacionária do partido sobre políticas de gênero do partido retroalimentam-se: ao mesmo tempo em que o partido posiciona-se contra o casamento homoafetivo, em favor da anulação da Lei de Violência de Gênero e contra o direito ao aborto, diz defender as mulheres e os homossexuais espanholas pelo “controle da imigração muçulmana”, como declarou Abascal em 2022 (Araoz, p. 51; Alabao, 2023, p. 75), já que a proteção às mulheres (o que é diferente da defesa do feminismo) e dos homossexuais (que se comportam discretamente) já fariam parte do legado da civilização ocidental e cristã.

para a Espanha viva”, nelas estava incluída a “*Derogación ley de violencia de género y de toda norma que discrimine a un sexo de otro*”, a “*supresión de organismos feministas radicales subvencionados*” e a criação de um “*Ministerio de Familia*” (Vídeo [...], 2018).

A Lei de Violência de Gênero (Lei Orgânica n. 1/2004) foi aprovada durante o governo de Zapatero (PSOE), em 2004, muito antes da criação do Podemos, mas algo que, obviamente, o partido tomou como positivo. Já, em 2024, Irene Montero, representante da Espanha pelo Podemos no Parlamento Europeu, declarava apoio à lei, dizendo que ela havia colocado a Espanha como país pioneiro e que a lei tanto supunha uma mudança na sociedade espanhola como passou a dar caráter público à questão da violência machista (Podemos, 2024).

Voltando, mais uma vez, a Rodrigues e Bellato (2021), que analisaram duas abordagens distintas sobre a crise política, a posição do Podemos é semelhante a de autores tais como Boaventura de Sousa Santos, Manuel Castells e Chantal Mouffe, que recusam uma definição pejorativa sobre o chamado “populismo”, pois a preocupação é menos opor tal fenômeno ao arcabouço liberal e mais pensá-lo como sintoma de crise do sistema representativo. A diferença de um movimento como aquele em torno do Podemos é ele diferir das expressões xenófobas e ultranacionalistas que já se destacavam em outros países, como pontuava Castells em 2018 (Rodrigues; Bellato, 2021, p. 273), e que, como vimos, tornaria-se presente, também, na Espanha na medida em que o Vox começaria a ganhar destaque eleitoral e presença mais forte nos debates públicos.

Em 2013, Juan Carlos Monedero assim refletia sobre as sociedades “formalmente democráticas mas socialmente fascistas”, tomando, explicitamente, uma referência a Boaventura de Sousa Santos, e no contexto de sua reflexão sobre a experiência bolivariana da Venezuela sob liderança de Hugo Chávez:

Es en este contexto de superación de sociedades signadas por la violencia institucional y la exclusión ciudadana [...] donde hay que entender las reformulaciones del ‘populismo’ más allá de su uso peyorativo; esto es, la definición de un proceso político que incluye demandas populares fragmentadas – e incluso inexistentes por su falta de expresión –, sobre la base de una apelación a la capacidad constituyente del pueblo que rompa con la oxidada democracia representativa, recupere formas de democracia directa, apele tanto a la deliberación como a la decisión y recree los orígenes de una democracia que ayer nació frente a las monarquías autoritarias y hoy lo hace sobre una esclerotizada democracia liberal que, como ha demostrado la crisis económica, da prioridad a las exigencias del capital internacional – ‘los mercados’ – antes que a las formas del Estado social (Monedero, 2013, p. 26).

Considerações finais

Assim, o Podemos surgiu na cena pública e eleitoral na Espanha em um momento de crise de representação, destacando-se pela maneira eficiente com que lidou tanto com elementos novos da vida pública na Espanha como com aqueles de mais longa duração. No primeiro caso, a presença das novas mídias sociais e a maneira como, pioneiramente, o partido soube utilizá-las a seu favor, bem como as questões políticas e sociais que passaram a dominar a disputa de valores: a questão da imigração e as políticas de gênero. No primeiro caso, das questões de mais longa duração, temos o legado político e econômico da transição, legado esse que pôde ser refletido pela iniciativa discursiva e programática do partido, unindo ambos os pontos – a discussão sobre a transição e o modelo de gestão econômica. Além disso, nesses fatores de escala temporal mais longa, há o tema explosivo do princípio das nacionalidades, o qual não era algo destacado na pauta do Podemos, e, mesmo assim, o partido não deixou de se posicionar de forma coerente, sobretudo no momento da crise catalã em 2017. Em todas essas questões, colocava-se a maneira como os espanhóis deveriam encarar a própria identidade enquanto sociedade e enquanto nação.

Nas discussões em torno da noção de “populismo”, destacamos o diagnóstico sobre a tensão interna ao sistema político ocidental, tensão essa decorrente do contraste entre as promessas da democracia liberal e a frustração popular geral, em uma conjuntura (neoliberal) de progressiva corrosão dos direitos sociais e precarização do trabalho. Em verdade, mesmo antes de o termo “populismo” ter ganhado sua fortuna acadêmica nos últimos anos, aquilo que pretende denominar já vinha sendo diagnosticado desde a virada do milênio: o *gap* cada vez maior entre as promessas do admirável mundo novo da globalização e a satisfação real das pessoas. Independentemente da escolha que se faça adotar, ou não o termo, ou assumi-lo de modo negativo ou positivo, as discussões atuais sobre o “populismo” confirmam os prognósticos que Eric Hobsbawm (2007) levantou, na virada do milênio, sobre a “herança do século XX”. Por um lado, havia dito Hobsbawm, “[...] sempre foi muito fácil criticar a retórica de campanha da democracia liberal como maneira de governar. No entanto, uma coisa é inegável: ‘o povo’ (qualquer que seja o grupo humano definido como tal) é hoje a base e o ponto comum de referência de todos os governos nacionais, exceto os teocráticos”, enfatizou. “Na era do homem comum, todos os governos são do povo e para o povo, embora seja evidente que, do ponto de vista operacional, eles não podem ser governos feitos pelo povo (Hobsbawm, 2007, p. 102). Por outro lado, o argumento que o grande historiador defendia era o de “que a fase atual do desenvolvimento capitalista globalizado” já afetava a democracia liberal, “tal como é atualmente entendida” (Hobsbawm, 2007, p. 103). Hobsbawm (2007) ressaltava, então, alguns fatores: primeiro, a citada baixa participação popular nas eleições; segundo, a perda relativa de controle dos Estados sobre o monopólio do uso da força assim como da lealdade do cidadãos em servir a esse Estado – preocupação

menos ligada à nostalgia do Leviatã do que à fragmentação e proliferação de conflitos armados, que Hobsbawm demonstrava nas vésperas do atentado às Torres Gêmeas nos EUA; terceiro, a retração do Estado diante do novo *laissez-faire* e do modelo privado de gestão. “Mas aí está precisamente o problema. O ideal da soberania do mercado não é um complemento à democracia liberal, e sim uma alternativa a ela. É, na verdade”, frisava, uma alternativa “[...] a todos os tipos de política, pois nega a necessidade de decisões políticas, que são justamente aquelas relativas aos interesses comuns ou grupais que se distinguem da soma das escolhas, racionais ou não, dos indivíduos que buscam suas preferências pessoais” (Hobsbawm, 2007, p. 105-106).

Nas últimas décadas vieram, ainda, ao primeiro plano, as tensões decorrentes das disputas no campo dos valores, da cultura e da identidade, por meio das quais os movimentos e os partidos de extrema-direita conseguiram galvanizar a insatisfação generalizada com aquilo que passaram a nomear de “sistema”. Em vez das discussões em torno das pautas socioeconômicas e do aumento da desigualdade, a extrema-direita deslocou o embate “nós” x “eles” para a polaridade “amigo” x “inimigo”, sendo estes últimos tanto externos como internos, polaridade essa que se configura como uma retomada do discurso antiesquerda, tão marcante no período da guerra fria e, antes, na ascensão dos fascismos. No caso espanhol, como vimos, o Vox reavivou, também, a pauta contrária às nacionalidades regionais. Em contraste, o “populismo de esquerda” do Podemos, como buscamos destacar, procurou o contrário: conciliar a polaridade “nós” x “eles” com um discurso universalista, centralizado, sobretudo, nos direitos sociais e críticas à desigualdade econômica. Nesse escopo é que buscou a própria luta contra o sistema político vigente.

O Podemos surgiu e se destacou na conjuntura de crise que se iniciou em 2008 (crise econômica), tornando-se aguda, em 2011 (crise política). A sua tática do uso das redes sociais significou um sucesso na produção discursiva e ideológica (tomando-se ideologia no sentido de visão de mundo e de disputa de ideias): o Podemos produziu a particularidade espanhola de possuir um “populismo de esquerda” pela forma original que o partido manejou uma “hipótese populista”. Ainda que essa tática não tenha sido unanimidade entre os seus fundadores, a noção de “simbiose” de Pablo Bustinduy e a de afirmação “nacional-popular”, de Íñigo Errejón (Guedán, 2016, p. 110), implicam uma concepção radicalmente democrática, unindo as bandeiras da unidade popular contra a “casta” e a pluralidade do corpo social. Nesse sentido, o contraste entre Podemos e Vox, os dois novos protagonistas políticos da última década, ao lado dos tradicionais PSOE e PP, reforça o fato de que a noção de “povo” do Podemos é pluralista, sendo o “nacional” ligado menos a uma noção centralista do que a uma unidade em torno da “velha” noção de justiça social.

Notas sobre a autoria

Victor Coelho é Professor Associado D-I da Universidade Federal do Maranhão (UFMA): Departamento de História - CCH/UFMA e Programa de Pós-Graduação em História - PPGHIS/UFMA, sendo seu atual subcoordenador (biênio 2025-2027). Possui graduação em História pela UFMG, é Mestre em História e Culturas Políticas pela UFMG e Doutor em História Social da Cultura pela PUC-Rio na linha de pesquisa Teoria e Historiografia. Pós-doutorado pela Universitat de Barcelona. Atua nos campos da História Moderna e Contemporânea, História do Brasil República e Teoria da História e Historiografia.

Referências

- ALABAO, Nuria. Terrores demográficos: família ‘natural’ y guerras de género en Vox. In: FORTI, Steven (org.). *Mitos y cuentos de la extrema derecha*. Madrid: Los Libros de la Catarata, 2023, p. 63-82.
- ANSART, Pierre. *A gestão das paixões políticas*. Trad.: Jacy Seixas. Curitiba: UFPR, 2019.
- ARAOZ, Fabián. *Vox: un análisis del discurso de la extrema derecha en España*. Barcelona: Ediciones Beers & Politics, 2023. Edição do Kindle.
- ARAÚJO, Rafael Rezende Borges de. Reflexões sobre populismo e democracia no pensamento de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe. *Mediações: Revista de Ciências Sociais*, Londrina, v. 26, n. 2, p. 347–361, 2021. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/42131>. Acesso: 12 abr. 2026.
- BRINGEL, Breno. “15-M, Podemos e os movimentos sociais na Espanha. Trajetórias, conjunturas e transições”. *Novos Estudos Cebrap*, p. 59-77, nov. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/8WjDYDZKWgS8gytW6SVdRvR/?lang=pt>. Acesso em: 10 fev. 2020.
- COELHO, Victor de O. P. O estado de exceção, antagonismo político e “combates” à corrupção. *Passagens: Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*, v. 13, p. 469-490, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistapassagens/article/view/46145>. Acesso em: 10 jan. 2022.
- COELHO, Victor de O. P. A geração dos netos da guerra civil espanhola: história, memória e conflito geracional. *Revista Histórias Públicas*, v. 1, p. 76-99, 2023. Disponível em: <https://revista.uemg.br/historiaspublicas/article/view/6862>. Acesso em: 13 jul. 2025.
- EATWELL, Roger; GOODWIN, Matthew. *Nacional-populismo: a revolta contra a democracia liberal*. Tradução: Alessandra Bonrruquer. 2. ed. Rio de Janeiro: São Paulo: Editora Record, 2020.

EMPOLI, Giuliano da. *Os engenheiros do caos*. Tradução: Arnaldo Bloch. São Paulo: Vestígio, 2020.

ERREJÓN GALVÁN, Íñigo. *La lucha por la hegemonía durante el primer gobierno del MAS en Bolivia (2006-2009): un análisis discursivo*. 2012. Tese (Doutorado em Ciências Políticas e Sociologia) - Universidade Complutense de Madri, Madri, 2012. Disponível em: <http://eprints.ucm.es/14574/>. Acesso em: 18 abr. 2021.

FERREIRA, Carles. Vox como representante de la derecha radical en España: un estudio sobre su ideología. *Revista Española de Ciencia Política*, n. 51, p. 73-98, 2019. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7190502>. Acesso em: 12 out. 2024.

FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001a.

FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. *In*: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001b. p. 59-124.

FORTI, Steven (org.). *Mitos y cuentos de la extrema derecha*. Madrid: Los Libros de la Catarata, 2023a.

FORTI, Steven. Vox, la declinación española de la extrema derecha 2.0. *In*: FORTI, Steven (org.). *Mitos y cuentos de la extrema derecha*. Madrid: Los Libros de la Catarata, 2023b. p. 13-38.

FRANZÉ, Javier; FERNÁNDEZ-VÁZQUEZ, Guillermo. El postfascismo de Vox: un populismo atenuado e invertido. *Pensamiento al margen: Revista Digital de Ideas Políticas*, n. 16, p. 57-92, 2022. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8552102>. Acesso em: 12 abr. 2026.

GARCÍA AMADO, Juan Antonio. Usos de la historia y legitimidad constitucional. *In*: MARTÍN PALLÍN, José Antonio; ESCUDERO ALDAY, Rafael (ed.). *Derecho y memoria histórica*. Madrid: Editorial Trotta, 2008. p. 47-71.

GOLDSTEIN, Ariel Alejandro. La internacional reaccionaria y su influjo sobre América Latina. Centro Andino de Acción Popular. *Ecuador Debate*, n. 122, set. 2024, p. 163-178. Disponível em: <https://ri.conicet.gov.ar/handle/11336/244506>. Acesso em: 6 ago. 2025.

GONZÁLEZ, Miguel. *Vox. El negocio del patriotismo español*. Barcelona: Península, 2022.

GONZÁLEZ, Miguel; GALARRAGA CORTÁZAR, Naiara; RIVAS MOLINA, Federico. Partido de extrema direita espanhol tece aliança anticomunista na América Latina. *El País Brasil*, 18 out. 2021. Disponível em:

<https://brasil.elpais.com/internacional/2021-10-18/partido-de-extrema-direita-espanhol-tece-alianca-anticomunista-na-america-latina.html>. Acesso em: 3 out. 2024.

GUEDÁN, Manuel. *Podemos: una historia colectiva*. Madri: Ediciones Akal, 2016. (Pensamiento critico, n. 55). Edição do Kindle.

GUILLUY, Christophe. *O fim da classe média: a fragmentação das elites e o esgotamento de um modelo que já não constrói sociedades*. Tradução: Alessandra Bonrruquer. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2020.

HOBBSBAWM, Eric. As perspectivas da democracia. In: HOBBSBAWM, Eric. *Globalização, democracia e terrorismo*. Tradução José Viegas. São Paulo: Cia. Das Letras, 2007. p. 97-115.

LACLAU, Ernesto. *A razão populista*. Tradução: Marcos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Três Estrelas, 2018.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. *Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical*. Tradução: Joanildo A. Burity, Josias de Paula Jr. e Aécio Amaral. São Paulo: Intermeios; Brasília, DF: CNPq, 2015.

MOFFITT, Benjamin. How to Perform Crisis: A Model for Understanding the Key Role of Crisis in Contemporary Populism. *Government and Opposition*, v. 50, n. 2, p. 189–217, 2015. Disponível em: <https://observatoriodopopulismo.com/obra/how-to-perform-crisis-a-model-for-understanding-the-key-role-of-crisis-in-contemporary-populism/>. Acesso em: 20 mar. 2021.

MONEDERO, Juan Carlos. Venezuela y la reinención de la política. El desafío del socialismo en nuevos escenarios. *OSAL*, año 13, n. 33, p. 15-35, mayo 2013. Disponível em: <https://libreria.clacso.org/publicacion.php?p=762&c=11>. Acesso em: 24 mar. 2025.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “Perigo Vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.

MOUFFE, Chantal. *For a left populism*. Londres: Verso, 2018.

MUDDE, Cas. Populism. A Ideational Approach. In: MUDDE, Cas; ROVIRA KALTWASSER, Cristobal. *Populism: A Very Short Introduction*. New York: Oxford University Press, 2017. p. 27-47. Edição do Kindle.

MUDDE, Cas; ROVIRA KALTWASSER, Cristobal. *Populism: A Very Short Introduction*. New York: Oxford University Press, 2017. Edição do Kindle.

MÜLLER, Jan-Werner. *What Is Populism?* London: Penguin Books, 2017. Edição Kindle.

O QUE Javier Milei quer dizer quando fala sobre “casta”? *CNN Brasil*, 18 out. 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/o-que-javier-milei-quer-dizer-quando-fala-sobre-casta/>. Acesso em: 23 out. 2024.

PINILLA GARCÍA, Alfonso. *La transición en España, España en transición*: Historia reciente de nuestra democracia. Madrid: Alianza Editorial, 2021.

PODEMOS. “Queremos a Catalunya en España, pero queremos ganarlo en un referéndum, no por la fuerza”. *YouTube*, 19 out. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=trmUVu3izZo>. Acesso em 20 ago. 2025.

PODEMOS. “20 años de la ley contra la violencia de género”. *YouTube*, 28 dez. 2024”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=O-qOOUFPGNo>. Acesso em: 20 ago. 2025.

PRZEWORSKI, Adam. *Crises da democracia*. Tradução: Berilo Vargas. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

RODRIGUES, Theófilo M.; BELLATO, Caíque. A Crise da Democracia Liberal no Início do Século XXI: duas abordagens da Teoria Política. *Agenda Política. Revista de Discentes de Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos*, v. 9, n. 1, p. 253-279, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/592>. Acesso em: 12 abr. 2026.

RODRIGUES, Theófilo M.; SILVA, Allysson L. G.; FERREIRA, Daniel H. Da Bolívia do MAS à Espanha do Podemos: a questão do Estado Plurinacional. *Revista Mural Internacional*, v. 12, p. 1-14, 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/muralinternacional/article/view/58407>. Acesso em: 12 abr. 2026.

ROSANVALLON, Pierre. *Le Siècle du Populisme*: Histoire, théorie, critique. Paris: Éditions du Seuil, 2020.

ROVIRA KALTWASSER, Cristóbal; TAGGART, Paul; OCHOA ESPEJO, Paulina; OSTIGUY, Pierre. *The Oxford Handbook of Populism*. Oxford-UK: Oxford University Press, 2017.

SCHAVELZON, Salvador. A formação do Podemos. América do Sul, populismo pós-colonial e hegemonia flexível. Trad. Mateus Yuri Passos. *Novos Estudos Cebrap*, n. 103, p. 33-57, nov. 2015a. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/8WjDYDZKWgS8gytW6SVdRvR/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 17 set. 2023.

SCHAVELZON, Salvador. Podemos e a hipótese populista. Entrevista com Íñigo Errejón. Trad. Ivone Benedetti. *Novos Estudos Cebrap*, n. 103, p. 79-97, nov 2015b. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/fyQ3ZK3JQFKhBxH5MSbbDdz/?lang=pt>. Acesso em 17 set. 2023.

SCHROEDER, Ralph. The Dangerous Myth of Populism as a Thin Ideology. *Populism*, n. 3, p. 13-28, 2020. Disponível em: <https://ora.ox.ac.uk/objects/uuid:4b35df71-bb8f-4c20-9f77-e7544f5218cc>. Acesso em 7 ago. 2025.

TERRA, Marina. Podemos: na Espanha, nova iniciativa de democracia digital. *Outras Mídias*, 23 jan. 2014. Disponível em:

<https://outraspalavras.net/outrasmidias/podemos-na-espanha-nova-tentativa-de-democracia-digital>. Acesso em: 7 out. 2024.

TEXTO íntegro de la “Agenda España” de VOX. *Lasvocesdelpueblo*, 11 out. 2021.

Disponível em: <https://www.lasvocesdelpueblo.com/texto-integro-de-la-agenda-espana-de-vox/>. Acesso 3 ago. 2024.

TORMEY, Simon. *Populismo: uma breve introdução*. São Paulo: Cultrix, 2019.

VÍDEO del Vistalegre de VOX: “Suspensión de Cataluña hasta la derrota del golpismo”. *Lasvocesdelpueblo*, 8 out. 2018. Disponível em:

<https://www.lasvocesdelpueblo.com/video-del-vistalegre-de-vox-suspension-de-cataluna-hasta-la-derrota-del-golpismo>. Acesso em: 3 ago. 2024.

WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.